

JORGE SILVA

jeremias_1981@hotmail.com

UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL

A DIMENSÃO CULTURAL DA POLÍTICA EXTERNA DA UNIÃO EUROPEIA NO PERÍODO PÓS MAASTRICHT

RESUMO

O final da Guerra Fria potenciou a projeção de novos atores, levando a um poder menos estatocêntrico. Assim, outras abordagens às Relações Internacionais surgem e, nesse sentido, a União Europeia (UE) viria a dar um contributo próprio na medida em que o tradicional *hardpower* vem dar lugar a uma visão mais participativa e inclusiva, seguindo a cartilha normativa, premiando os valores, a cooperação e a atração (*softpower*). Notamos que apesar da consolidação, nos anos 2000, de uma literatura académica acerca da UE enquanto ator normativo, que veio clarificar a sua ação externa *sui generis*, menor atenção tem sido dada à matriz cultural da União e como a mesma se materializa na sua política externa. Além de a cultura dar um contributo importante para que exista confiança entre as nações, ela faz parte da forma como a UE se concebe não só enquanto projeto de integração (dinâmicas internas) mas também como ela organiza as suas relações com terceiros. As dimensões culturais nas relações externas da UE ganham maior relevância a partir do tratado de Maastricht, sendo que se distinguem duas vertentes de “cultura” nos *outputs* da UE: a vertente normativa e a vertente material. A ligação destas duas vertentes faz parte da estratégia da política externa da UE enquanto instrumento estratégico.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura; política cultural; União Europeia; relações internacionais

INTRODUÇÃO

A dimensão cultural da política externa da União Europeia, é parte da estratégia para as suas relações externas com o resto do globo, uma vez que elas são, de alguma forma, indissociáveis de outras políticas cruciais para o funcionamento e desempenho assertivo da União. Assim, “as

relações políticas, económicas, culturais e sociais estão de fato vinculadas entre si, configurando uma interdependência” (Gama, 2011, p. 12). A cultura e seus agentes são vistos como elementos fundamentais que ajudam na construção de um mundo mais pacífico, ajudam a compreender a identidade de um povo e são capazes de gerir as diferenças em detrimento do conflito. Nesse sentido, argumenta-se que

no contexto de conflitos político-sociais (...) quando tendem a ser violentos, determinados aspetos da identidade podem ser colocados sob pressão (...) num caso extremo pode vir a ser uma questão de vida ou morte (...) assim, os músicos, historiadores, arqueólogos, linguistas e outros criadores de cultura podem desempenhar um papel fundamental (...) é assim que as artes e a cultura são colocadas ao serviço da formação da identidade. (Hippler, 2013, pp. 13-14)

O objetivo da presente dissertação consiste em questionar o papel da cultura na política externa da política externa da UE no período pós Maastricht e, em concreto, qual o impacto desta dimensão na relação com o Brasil, fazendo ainda uma comparação com a Rússia. Não é nosso objetivo elaborar um trabalho que abarque todas as dimensões culturais desenvolvidas pela UE nas suas políticas mas clarificar a influência de um domínio enunciado como basilar do projeto europeu mas cuja projeção e operacionalização surge, *a priori*, como difusa e pouco visível.

As relações externas conhecem um desenvolvimento institucional no seio da UE em 1992, aquando do Tratado de Maastricht, e segundo Xavier este mesmo tratado “institucionaliza a UE como nova personagem política que introduz um segundo pilar dedicado exclusivamente à Política Externa e de Segurança Comum (PESC)” (2013, p. 144). Assim, considerando que o presente estudo se debruça sobre a política externa na sua dimensão cultural, o balizamento histórico iniciar-se-á a partir dessa época. É conhecido que a UE tem uma posição estratégica e uma dimensão internacional, contudo, para efeitos de influência e atuação, ela é agora um dos atores centrais das Relações Internacionais (RI). Para Xavier é “claro que a UE tem a capacidade para agir como um actor estratégico no plano internacional e como uma comunidade de normas e valores de estabilidade e cooperação em toda a Europa, vizinhança próxima e parceiros estratégicos” (2010, p. 230). São, no fundo, estes laços e políticas adotadas em relação à integração e cooperação que o final da Guerra Fria teve um papel potenciador para a nova imagem e atitude da UE, com cada vez mais membros – numa

clara política de alargamento e aprofundamento – e com uma política externa que consagra acentuadamente as relações comerciais e económicas, ramificando-se um pouco por todo o globo, expandindo assim a sua área de atuação e influência. Adicionalmente, para Teixeira,

o fim da guerra fria (...) vêem alterar completamente o lugar e o papel internacional da Comunidade Europeia: não é já um actor de dimensão regional, sem autonomia (...) mas um actor de dimensão mundial e um pólo estruturante da cena internacional, em particular da nova ordem europeia. (1998, pp. 126-127)

Essa posição e dimensão global deriva, em grande medida, das suas relações comerciais, já que além de esse ser o primeiro grande passo para a supressão de barreiras entre os seus países fundadores, foi também necessário enfrentar o desafio de uma relação mais aprofundada com o resto do mundo. Daí resultaria o primeiro assunto a ser tratado de forma conjunta tendo em vista interesses comuns, surgindo a Política Comercial Comum (PCC) que se torna numa das dinâmicas mais importantes da política externa europeia “a política comercial comum constitui um dos principais instrumentos das relações externas da União Europeia” (Comissão Europeia, 2014a, p. 1). Por outro lado, a UE pode ser apresentada como um arauto da cultura porque, sobre esta matéria, ela revelou um modelo de integração de identidades tão díspares (não obstante, uma base comum) e culturas diferentes numa só região de forma prática e consentida pelos seus membros. Contudo, afigurou-se uma tarefa custosa já que “era difícil congregar múltiplas vontades numa Europa culturalmente rica mas não homogênea” (Vicente, 2013, p. 32). O tema da cultura no seio da União poderá ser em alguns casos um assunto delicado tendo em conta que existem visões divergentes entre seus principais constituintes – os Estados membros – nomeadamente através daqueles que são vistos como “europeístas” e aqueles que são considerados de “eurocéticos”. Dessa forma, existia um confronto entre ambas as perspectivas, sendo que de um lado “estariam aqueles que queriam uma União mais ampla e mais aberta ao exterior; do outro lado estariam os que eram favoráveis a uma União mais profunda e mais integrada” (Espada, 1997, p. 445). À medida que a UE se vai alargando, outras sociedades entram dentro do seu perímetro, levando a que se formulem considerações sobre a alteridade e, nesse sentido, torna-se inevitável que “os cidadãos europeus questionem a forma como olham o Outro, o modo como acolhem os seus traços distintivos e se identificam com uma cultura de raiz comum mas progressivamente e irreversivelmente

mais heterogénea” (Matias, 2009, p. i). As questões ligadas ao “multiculturalismo” ou “interculturalismo” são colocadas à prova dentro do mesmo espaço, no sentido de promoverem o “sentimento de pertença a um grupo, a um espaço, a um conjunto de valores” (Matias, 2009, p. i). Muitas das vezes os cidadãos europeus têm medo que se perca a sua própria cultura e identidade, cuidando que, ao ser utilizado o termo “identidade cultural europeia”, a diversidade de culturas existentes na UE deixe de existir e a cultura nacional desapareça, dando lugar apenas a uma cultura única da UE, na qual os cidadãos não se revêm porque “uma das questões mais controversas sobre o debate europeu prende-se com a emergência e consolidação da identidade europeia” (Gaspar & Haro, 2011, p. 11). Esse facto faz com que exista um debate acerca do retrocesso na integração. Sobre essa matéria sublinhamos que a diversidade cultural é também tida como um dos elementos centrais do projeto europeu “Diversidade cultural; a riqueza das tradições, das línguas, das literaturas, das expressões artísticas e dos modos de vida é uma base para uma Europa unida. Proteger essa riqueza é uma das tarefas mais importantes da UE” (Weringh & Schürmann, 2004, p. 6), compreendendo-se assim que ela não retira mais ou menos identidade aos países membros, ao invés, vai fundar as bases para uma União mais consistente e unida, verificando que mesmo os europeístas (federalistas) defendem “uma federação europeia na qual o destino comum dos seus povos – retendo ainda as suas identidades específicas – é guiado, e o seu futuro assegurado, por autoridades comuns” (Espada, 1997, p. 457). Para alguns autores o verdadeiro problema da “multiculturalidade” e “interculturalidade” é resultado de outras ações levadas a cabo pela liberalização Ocidental:

“Cultura” e “as artes” são palavras emotivas no contexto político europeu e sujeitas a muitos mal-entendidos. As palavras, instintivamente, despertam o medo de que Bruxelas possa interferir com as culturas nacionais dos Estados membros e colocar em perigo a sua existência através do desenvolvimento de um multiculturalismo europeu sincrético. É claro que o caso não será aqui colocado. Pelo contrário: (...) a verdadeira fonte de perigo, especialmente para as pequenas culturas nacionais e regionais, pode ser vista na procura dentro do quadro da OMC para a abertura incondicional de todos os mercados, incluindo os mercados de bens culturais que no manual de Práticas da OMC, são, geralmente, identificadas com os efeitos negativos da globalização. (Weringh & Schürmann, 2004, p. 6)

Historicamente, a Europa passou por momentos muito atribulados, onde cada vitória e conquista se fazia com a espada ou arma em punho, contudo, hodiernamente, esse padrão foi substituído por outros que consideramos mais diplomáticos e menos violentos incluídos numa sociedade que, comumente se apelida de desenvolvida e civilizada. Se recorrermos a muitos séculos atrás, verificamos que a própria história fala-nos destas transformações e, como a própria epopeia Eneida, ela também alcança a dignidade praticando a virtude e promovendo a justiça. Vejamos que o início da construção europeia também teve os seus heróis – homens verdadeiros – que através da idealização de um mundo pacífico tornaram-se, na nossa perspectiva, heróis por uma causa em que cegamente acreditavam. Esses homens podem também ter uma ligação à própria Eneida, sendo, muitos deles, atores principais de uma sociedade que entra em consensos e acordos vários, continuando com uma resolução e entendimento por via do diálogo e da paz. À semelhança de Eneias (herói da Eneida) também estes homens europeus não se impõem pelas armas mas pela virtude, pela sabedoria, pela justiça, pela paz, pela cultura, pela sede de um mundo melhor e sem guerras (Gomes, 1989, p. 8). Não será desproporcionado dizer que a União inicia-se com homens que odiavam a guerra. A União é detentora de uma história ímpar, dotando-a assim de uma maior sensibilidade para lidar com o que é diferente e para com a alteridade, no sentido de promover uma coexistência pacífica mesmo com aqueles que agora se confrontam através das armas. Vejamos que neste contexto recorremos a Galtung e à sua fórmula do conceito de paz, argumentando que existe “paz direta + paz estrutural + paz cultural”, onde a primeira definição explica que consiste na

bondade física e verbal, boa para o corpo, a mente e o espírito do próprio e do outro; seria orientada para todas as necessidades básicas, a sobrevivência, o bem-estar, a liberdade e a identidade. (...) a paz positiva estrutural substituiria a repressão pela liberdade, e a exploração pela equidade, reforçando-as com diálogo em vez de imposição, integração em vez de segmentação, solidariedade em vez de fragmentação e participação em vez de marginalização (...) a paz positiva cultural substituiria a legitimação da violência pela legitimação da paz na religião, no direito e na ideologia; na linguagem; na arte e na ciência; nas escolas, universidades e media, construindo uma cultura de paz positiva. (Pureza, 2000, p. 39)

A União atua com ponderação, no sentido em que rejeita o uso primeiro da força relativamente a um comportamento agressivo, a um

comportamento mais associado ao *hard power* porque também ela deriva de uma mescla de povos e culturas cuja origem floresce através da guerra. Com efeito, a UE está hodiernamente orientada para a cultura da paz, que na conceção da Organização das Nações Unidas (ONU) compreendemos que, estando assim alinhada com a visão europeia,

consiste em valores, atitudes e comportamentos que refletem e inspiram interação social e partilha, com base nos princípios de liberdade, justiça e democracia, todos os direitos humanos, tolerância e solidariedade, que rejeitam a violência e se esforçam para evitar conflitos, abordando as suas raízes para resolver problemas através do diálogo e da negociação e que garantam o pleno exercício de todos os direitos e os meios para participar plenamente no processo de desenvolvimento da sua sociedade. (United Nations, 1997)

Nesse sentido, assenta no espírito europeu uma busca incessante pela estabilidade entre as nações, considerando-se que na esfera das RI que estabilidade é a

a probabilidade de o sistema reter todas as suas características essenciais; que nenhuma nação se torna dominante; que a maioria dos seus membros continua a sobreviver; e que a guerra em larga escala não ocorre. E, da perspectiva mais limitada das nações individuais, a estabilidade refere-se à probabilidade da sua contínua independência política e integridade territorial sem qualquer probabilidade significativa de se envolver numa “guerra por sobrevivência”. (Deutsch & Singer, 1964, pp. 390-391)

No entanto, o conceito de estabilidade está também relacionado com o conceito de segurança e esta, por sua vez, mostra-se diferente daquele que foi nas gerações anteriores, notando que

na Europa (...) a segurança nacional era unitária e fechada, que foi estabelecida e praticada enquanto as condições externas podiam ser ignoradas (...) na era da globalização económica quando um estado nacional entra no sistema competitivo do mercado global e a rede de informação aberta, a segurança nacional como um assunto abrangente e multi-nível, não pode ser apenas uma análise de segurança “três em um”. (Yizhou, s.d., pp. 3-4)

Nessa medida, o autor argumenta que por via do fenómeno da

globalização a estabilidade deverá ser entendida em três níveis distintos uma vez que ela compreende vários fatores. Assim, sublinha-se que:

em primeiro lugar, além dos significados da ciência militar e da diplomacia (por exemplo, a não invasão no território dos outros, a unificação de um estado nacional, a prevenção de ataques de guerra, a resolução de conflitos diplomáticos, a prevenção do confronto militar) (...) Segurança económica e tecnológica (pode ser ainda dividida em moeda, comércio, segurança de investimento, evitando grandes e periódicas turbulências para cima e para baixo, posse de meios e habilidades mais efetivas de competição, compreensão de vários elementos na era da informação) (...) Segurança social (o que significa o respeito pelos direitos e a responsabilidade da maioria, mantendo a paz entre todos os estratos, dando ao público senso de ordem e estabilidade, estabelecendo um equilíbrio adequado entre eficiência e justiça e controlando os lados negativos, como crimes, pobreza, corrupção, ignorância, segurança política. (Yizhou, s.d., p. 4)

Notamos assim que quer a estabilidade, quer a segurança estão sujeitas evoluções de entendimento e, portanto, de políticas para as alcançar, onde se sublinha que o mundo Ocidental tem procurado adaptar-se aos novos desafios colocados neste contexto evolutivo.

Num outro sentido, o espaço comum europeu foi e é palco de uma experiência cultural ímpar, assim, será de relevar que “em nenhuma outra região do mundo coexistem tantas histórias, culturas e línguas diferentes num espaço relativamente tão pequeno (...) na União Europeia não há uma identidade nacional, nem uma língua ou uma cultura comuns” (Savanevičienė & Stark, 2008, p. 55). A esse propósito parece existir uma maior sensibilidade para abraçar a esfera cultural, notando para o efeito que a UE é “uma ‘invenção cultural’, a partir de tomadas de consciência sucessivas, desde as celebrações de mitos, da evolução científica, dos cantos de poetas, do trabalho de artistas, às obras de intelectuais e de políticos imaginativos” (Rocha, 2003, p. 8). Contudo, em algumas circunstâncias, a cultura ainda é vista como um assunto que não merece um papel decisivo nas relações externas, tendo em conta que “o conceito de cultura tem, para os estudiosos das RI, uma certa conotação de frivolidade, remetendo para o idealismo e a utopia, em contraste com a dura realidade do mundo da política internacional” (Teles, 2009, p. 6). No entanto, a partir do Tratado de Maastricht, a cultura passa a ser uma matéria da responsabilidade

comunitária o que, só por si, lhe vem conferir uma maior importância. Nesse sentido e apesar de um orçamento limitado a cultura tem um lugar próprio na nova estratégia da UE para o período 2014-2020, designado de “Europa 2020” cujo objetivo é contribuir para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. O orçamento prevê dotar o:

serviço da investigação, da inovação e do desenvolvimento tecnológico (...) com 80 mil milhões de euros (...) a solidariedade a favor do crescimento sustentável e do emprego com 376 mil milhões de euros (...) para a Política Agrícola Comum (que terá uma abordagem em dois pilares) (...) prevê 281,8 mil milhões de euros ao Pilar 1 e 89,9 mil milhões de euros ao desenvolvimento rural, contando ainda com um montante adicional de 15,2 mil milhões de euros (...) para investir no capital humano (...) a Comissão pretende afetar 15,2 mil milhões de euros ao domínio da educação e da formação, bem como 1,6 mil milhões de euros para a cultura (...) para responder aos desafios suscitados pela migração (...) a Comissão prevê afetar 8,2 mil milhões de euros (...) para tornar a UE num protagonista global (...) propõe afetar 70 mil milhões de euros. (Comissão Europeia, 2011)

Existe uma discrepância significativa de valores entre a cultura e as outras políticas adotadas pela UE. Ainda assim ele vem promover uma maior dinâmica cultural entre a União e países terceiros, estando esse desiderato presente, respetivamente, nos pontos 3 e 5 do artigo 167º do TUE. Assim, um papel de importância relativa à cultura e às políticas em relação a países terceiros é consagrado no tratado. É após a sua entrada em vigor que a política externa da União passa a ter uma dimensão institucional e, acima de tudo, ela contribui para a imagem renovada da UE, capaz de se afirmar no mundo pós-guerra fria que se iniciava. Se partirmos das palavras do ex presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, percebemos que a componente cultural é tida, pelos líderes europeus, não só como a origem do projeto europeu, mas também como a condição do seu sucesso por ser constituinte da sua essência:

a União Europeia da cultura precedeu e alimentou a União Europeia económica e política que conhecemos hoje; e dado que a cultura sempre foi, e ainda é, mais do que nunca, o cimento que liga a Europa, juntos (...) conseguimos unir os nossos países em bases económicas e institucionais sólidas, e se isso acontecer, é porque a União foi reforçada pela existência de uma unidade fundamental

subjacente; o parentesco cultural compartilhado pelos europeus. Na sua própria essência, a nossa União é tanto política quanto – não tenhamos medo de dizê-lo – um projeto cultural. (2013)

Porém, quando olhamos para a cultura como uma política autónoma, compreendemos que ela não é, à semelhança de outras, uma política cuja definição seja clara. Como perceberemos, a chancela da cultura está um pouco aquém do idealizado pelos pais fundadores da União, que nas palavras de Adenauer “a Europa só será possível se uma comunidade de pessoas europeias for restaurada, em que toda população proporcionará o seu próprio contributo insubstituível e único para a economia e para a cultura, o pensamento, a poesia e a criatividade ocidentais europeias” (24 de março de 1946). Face ao exposto, sublinhamos que a cultura é uma componente forte na criação da União, porém, talvez essa componente não fosse iniciada e valorizada de uma forma clara e articulada, se tivémos em consideração as palavras de Jean Monnet, outro dos seus pais fundadores, referindo-se ao projeto europeu como “se eu tivesse que fazê-lo novamente, eu começaria primeiro pela cultura” (citado em Trichet, 2011). Esta asserção leva a questionar se a cultura é feita de forma efetiva desde a fundação da União. Ainda assim, apesar do esforço para colocar a cultura num lugar cimeiro das RI, compreendemos que ele é feito de forma cautelosa, isto é, num espírito de incentivo e não o de ator principal, uma vez que se cinge à complementaridade dos Estados membros, como podemos verificar no capítulo 167º do Tratado de Maastricht.

Não obstante aos discursos positivos que chegam das autoridades europeias em relação à cultura, notamos que eles se centram mais numa componente endógena, ou seja, cingindo-se às dinâmicas internas do processo de integração europeia. Nessa medida, se existe um esforço em perceber as lógicas culturais enquanto dimensão da política externa, não poderíamos deixar de fazer uma alusão a esta dimensão interna que, estamos certos, será necessária para nos ajudar a explicar o propósito desta tarefa. Assim, pretende-se contribuir para a clarificação dos elementos que nos remetem para a existência de uma dimensão cultural na atuação externa UE, e é sobre isso que propomos as nossas pesquisas. Desde logo será importante fazer aqui uma distinção sobre as variantes da cultura. Nesse sentido, temos por um lado a cultura enquanto valor, isto é, a cultura que concebe e reconhece todos os seres de forma igual, de modo a que exista uma coexistência baseada na tolerância e no respeito das culturas. Para a Unesco, a diversidade cultural “supõe o reconhecimento da igual, dignidade e o

respeito por todas as culturas, incluindo as das pessoas pertencentes a minorias e as dos povos indígenas” (Unesco, 2007, p. 3), alinhando-se assim com estes os valores fundamentais da UE “dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de Direito e respeito pelos direitos humanos” (Comissão Europeia, 2017a). Se esta é, por um lado, a perspetiva à qual podemos entender como sendo mais humanista da cultura, por outro lado, também existe uma vertente que se debruça mais sobre bens e serviços culturais, portanto, poderá ser interpretada como um bem material. Também, por sua vez, a Unesco refere-se a esta vertente como “atividades, bens e serviços que, considerados sob o ponto de vista da sua qualidade, uso ou finalidade específica, incorporam ou transmitem expressões culturais, independentemente do valor comercial que possam ter. As atividades culturais podem ser um fim em si mesmas, ou contribuir para a produção de bens e serviços culturais” (2007, p. 5). Será a partir destas duas aceções e vertentes de “cultura” que aprofundaremos o conceito, procurando distinguir as dinâmicas e os recursos que existem no campo cultural.

Assim, surge-nos uma questão: considerando que existe um forte empenho narrativo das instituições europeias sobre a dimensão cultural e as suas valências no período pós Guerra Fria, como é desenvolvida a ação cultural da UE num plano externo? Portanto, se a cultura – como vimos – pode ser perspetivada de duas formas diferentes (enquanto valor e/ou enquanto bem material), a política cultural externa da UE não só não é homogénea e estruturada como tende a depender dos seus parceiros estratégicos, induzindo que a mesma dimensão cultural consiste num conjunto de medidas adotadas em função de cada parceiro, não lhe conferindo por isso uma estratégia cultural sólida e inteiramente coerente.

Constatamos que a Europa é, na sua génese, um misto de culturas e de identidades. A cultura, por seu turno, é um recurso poderoso, através dela adensam-se conflitos ou resoluções pacíficas, uma aproximação ou a exclusão e a indiferença. Na conceção de Davies “a cultura pode contribuir para a estabilidade e para uma sensação de segurança (...) no entanto (...) quando se inclui apenas a “igualdade” e se exclui a “diferença”, a cultura pode provocar tensões e violência” (2013, p. 201). Também a Unesco comunga a ideia de que a cultura é um recurso poderoso e indo mais além, afirma que ela está ao serviço do desenvolvimento das comunidades em várias frentes e que pode ter impacto nelas, considerando que “a cultura pode ser um poderoso motor de desenvolvimento, com impactos sociais, económicos e ambientais a nível da comunidade” (2012, p. 3). Porém o papel da cultura nas relações externas da UE parece ser mais uma extensão de

outras políticas do que propriamente um assunto com uma política sólida e enraizada, já que apesar de ela estar consagrada nos ideais dos pais fundadores existe quem afirme que ela tem um propósito político, financeiro e económico. Para Vicente, a

integração europeia é antes de mais um processo político pelo que reduzir a sua capacidade de intervenção às esferas financeira e económica é produzir um rude golpe nas expectativas dos que crêem que a UE é o derradeiro reduto da paz e prosperidade no Velho Continente. (Unesco, 2012, p. 31)

Assim, como podemos constatar, não existe uma alusão ao campo cultural mas sim ao político, económico e financeiro. Na verdade, a referência a assuntos culturais está mencionada em Tratados e em parcerias estratégicas, onde o Tratado de Amesterdão (1997) traz alterações sobre a forma como devem ser tomadas as decisões. Segundo o Parlamento Europeu, este Tratado “estabeleceu um processo decisório mais eficaz, com a abstenção construtiva e a votação por maioria qualificada (VMQ)” (2014, p. 1). No último tratado assinado em Lisboa (2007) compreendemos que ele segue o mesmo caminho de Maastricht em relação aos seus desígnios culturais, não fazendo, por isso, qualquer alteração. No entanto, é em relação ao processo decisório que Lisboa adota uma postura diferente e segundo a Comissão Europeia “no Tratado de Lisboa, o voto por maioria qualificada é alargado a mais domínios (por exemplo, imigração e cultura)”¹.

Aquilo que se vai observando, quando se trata de resultados práticos, é que os líderes europeus parecem dar mais destaque a algumas matérias em detrimento de outras. Entende-se, assim, que a relação da UE com terceiros baseia-se em assuntos mais tradicionais como o comércio e a economia. Ao fazermos uma resenha do início da construção europeia até aos dias de hoje, verificamos que os momentos mais marcantes nunca se reportaram à cultura segundo se pode verificar na descrição da Comissão Europeia:

a partir de 1950, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço começa a unir económica e politicamente os países europeus, tendo em vista assegurar uma paz duradoura (...) A década de 60 (...) trata-se de um bom período para a economia, favorecida pelo facto de os países da União Europeia terem deixado de cobrar direitos aduaneiros sobre

¹ Tratado de Lisboa A Europa rumo ao século XXI. Retirado de <https://infoeuropa.eu/ocid.pt/files/database/000040001-000041000/000040179.pdf>

as trocas comerciais realizadas entre si (...) em Outubro de 1973, a Europa debate-se com uma crise energética e problemas económicos (...) Em 1986, é assinado o Acto Único Europeu (...) destinado a eliminar os entraves que se opõem ao livre fluxo de comércio na UE, criando assim o “Mercado Único” (...) Em 1993, é concluído o Mercado Único com as “quatro liberdades”: livre circulação de mercadorias, de serviços, de pessoas e de capitais (...) A partir de 2000, o euro torna-se a nova moeda de muitos europeus. O dia 11 de Setembro 2001 marca o início da “guerra contra o terrorismo” (...) os países da UE começam a colaborar de uma forma muito mais estreita para combater contra a criminalidade (...) O ano de 2010 arranca com uma grave crise económica, mas também com a esperança de que os investimentos nas novas tecnologias verdes e amigas do ambiente e a cooperação europeia mais estreita tragam crescimento e bem-estar duradouros. (2017b)

CULTURA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Especialmente a partir da queda do Muro de Berlim em 1989, a balança do poder mundial ganha novo rosto. Deixa-se para trás um mundo bipolar e dividido entre duas forças maiores para passar a ser mais heterogéneo no que concerne ao poder. Eis que se chegou a um mundo multipolar, já que “este nuevo escenario ha dado lugar a un relativo equilibrio del poder global, donde pareciera que ninguno de los actores – potencias mundiales – tiene la capacidad para imponerse por sí solo a los demás” (Schnake Gálvez, 2010, p. 20) e onde a grande diferença entre os povos é visível por distâncias ideológicas, “a ideologia pode ser definida como um conjunto de crenças baseadas em ideais (ou seja, a igualdade, o poder, justiça), que é transformado em um projeto que visa atingir a perfeição social através da gestão das relações sociais” (Ugarriza, 2009, p. 84), mas também pelas diferenças políticas, económicas e, especialmente, culturais “neste novo mundo, os conflitos mais generalizados, mais importantes e mais perigosos não ocorrerão entre as classes sociais, entre ricos e pobres ou outros grupos economicamente definidos, mas entre povos pertencentes a entidades culturais diferentes” (Huntington, 1999, p. 29). Após muitos anos de colonialismo, o Ocidente depara-se agora com uma nova realidade, os países não ocidentais estão agora a desenvolver riqueza económica e poder militar, conquistando maior influência política, nesse seguimento, tais sociedades começaram a reclamar pelos seus valores culturais e rejeitam

aqueles que são tidos como impostos pelo ocidente. Assim, fica claro que “o Ocidente é e continuará a ser durante anos, a civilização mais poderosa” (Huntington, 1999, p. 30). No entanto é preciso dar atenção aos sinais e perceber que o seu poder começa a ficar reduzido, ainda assim, se é verdade que existem sociedades que tentam uma aproximação ao Ocidente e almejam ser seus aliados, outras tentam a expansão do seu poder económico ou militar numa tentativa de resistência às forças ocidentais. Assim sendo, o ato simbólico da queda do muro de Berlim trouxe ao mundo várias “civilizações” e as afinidades ou diferenças culturais moldam os interesses e as associações dos Estados e o poder está a deslocar-se do Ocidente, ou seja, “a política global está a tornar-se multipolar e multicivilizacional” (Huntington, 1999, p. 30).

A AFIRMAÇÃO DA CULTURA PELA UE ENQUANTO DIMENSÃO EXTERNA

Abordar a noção de cultura ao qual teóricos e intelectuais nos indicam que ela pode ser visto por várias perspetivas ou à qual se podem fazer várias aceções. Contudo, parece ser evidente que qualquer que seja a *cultura*, ela não é, de modo algum, um ato que se pratica de forma isolada, isto é, “a cultura do indivíduo depende da cultura de um grupo ou classe e de que a cultura de um grupo ou classe pertence a toda a sociedade a que pertence esse grupo ou classe (Eliot, 1996, p. 22). Do lado europeu existe a consciência sobre o peso da dimensão cultural e das suas potencialidades, contudo as opiniões divergem, alguns autores argumentam que “o sucesso do processo de integração da União Europeia baseia-se tradicionalmente no essencial, na cooperação política e económica. A dimensão cultural tem sido negligenciada” (Davies, 2013, p. 203) foi a partir de Maastricht que veio um maior impulso aos assuntos ligados à cultura “o Tratado de Maastricht (...) historicamente orientado para a economia e o comércio, desenvolve ações culturais para salvaguardar, divulgar e fazer evoluir a cultura na Europa” (Comissão Europeia, 2013). É então a partir daqui que a cultura passa a ser uma responsabilidade comunitária. Vejamos que antes de Maastricht as alusões à cultura – numa perspetiva comum – eram muitos poucas porque “a UE não tinha competências culturais antes do Tratado de Maastricht” (Mokre, 2006). Assim, a partir do momento em que o tratado entrou em vigor, os Estados-membros passam a ter uma ligação mais acentuada e completa, nomeadamente, nos domínios da política e da componente social e cultural. No caso desta última, Maastricht dotou-a de uma base jurídica, onde a vem auxiliar nos enquadramentos legais e onde

o seu modo de operar se centrava no encorajamento, apoio e complementaridade, respeitando a diversidade cultural e evidenciando o seu património. Desta forma, a intervenção feita pela comunidade vai no sentido da “complementaridade” e “subsidiariedade” para com os países membros aos quais são atribuídos subsídios, – através da candidatura a programas – de forma a incentivar o tecido cultural da União com o objetivo de desenvolver e estimular cada vez mais o diálogo intercultural e valorizar o seu património. Assim, os benefícios deste tratado para com os países da UE traduzem-se, em larga medida, em

completar as suas iniciativas a fim de contribuir para a eclosão das respetivas culturas, no respeito pela sua diversidade nacional ou regional, no intuito de valorizar o património cultural comum (...) utiliza instrumentos de apoio às iniciativas culturais como o programa “Cultura”. (Matias, 2009, p. 100)

Num plano externo sublinha-se que a cultura ganha maior expressão constituindo um dos principais instrumentos de cooperação com os países terceiros, argumentando que, à luz da “Convenção da Unesco sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais” (2005), “a nova agenda para a cultura propõe o reforço da dimensão cultural enquanto elemento indispensável das relações externas da EU” (Comissão Europeia, 2010). Numa outra perspectiva, a cultura tem um contributo importante para o desenvolvimento das relações económicas e políticas com países terceiros. Entende-se que esta cooperação cultural – além de se mostrar como um veículo para a partilha de valores universais – oferece melhores oportunidades aos sectores culturais e criativos que, sendo geradores de riqueza material, entram na esfera económica “a cooperação cultural e a diplomacia cultural oferecem a melhor oportunidade (...) com países de fora da UE e beneficiarão da nossa compreensão mútua, bem como abrir novas oportunidades para nossos setores culturais e criativos” (Vassilliou, 2014, pp. 1-2). Num mesmo sentido de valorização, considera-se ainda que também as dinâmicas e os intercâmbios culturais com o resto do mundo contribuem para uma diversidade cultural rica, geradora de diálogo e valoriza os direitos humanos. Notemos que “a cultura, na medida em que promove o respeito mútuo e uma capacidade de escutar e compreender outros comportamentos, mentalidades, formas de pensar ou sentimentos de pertença a religiões ou credos diferentes, constitui um veículo poderoso para a promoção dos direitos humanos” (Parlamento Europeu, 2014, p. 3).

CONCLUSÃO

Os aspetos culturais, apesar de não serem o principal motivo da integração europeia, estiveram desde sempre ligados à sua fundação. Essencialmente, a busca por uma Europa que não mais se guiasse pelo belicismo passaria, segundo os seus fundadores, pela integração dos países europeus, onde no entender de Gasperi seria a forma para uma Europa assente na paz, fazendo notar que “o futuro não será construído através da força, nem do desejo de conquista, mas sim mediante a aplicação paciente do método democrático, o espírito construtivo da concórdia e o respeito pela liberdade” (Gasperi, 1953). Numa perspetiva interna europeia observa-se que os fundadores tinham em mente, acima de tudo, a preocupação de convergir em princípios fundamentais para uma vida pacífica entre as nações. Ainda assim, persistia a ideia de que não poderia ser criada uma comunidade efetiva a curto prazo, Schuman argumentando que “a Europa não será feita de uma só vez nem segundo um plano único. Será construída através de realizações concretas que comecem por criar uma solidariedade de facto” (Schuman, 1950). Nesse sentido, essa vontade culmina também numa tolerância idiossincrática dos países integrantes, tolerância essa que inspira o lema “unidade na diversidade” dando, pois, oportunidade a uma vida em comunidade livre de conflitos. Na conceção de Winston Churchill deveria seguir-se o caminho para “criar uma espécie de Estados Unidos da Europa. Só dessa forma centenas de milhões de trabalhadores poderão recuperar as alegrias e esperanças simples que dão sentido à vida” (Churchil, 1946).

É, portanto, neste sentido de estabilidade e de paz que assentam as bases da actual UE. Contudo, a ambição em alcançar uma região livre de perigo estava de tal ordem inculcada nas mentes dos europeus que na perspetiva de Denis de Rougemont, considerado como um “grande pioneiro da integração europeia”, acreditando numa “Europa cultural, numa Europa de participação direta das pessoas além do Estado-nação” (European Cultural Foundation, 2014) deveria caminhar-se mais além, considerando – já na primeira metade do século XX – que um sistema federal seria a única forma de unir os países de forma mais profunda, ultrapassando os propósitos económicos. Para este europeísta convicto, a ideia de federação terá necessariamente que passar por uma prova feita à tolerância dos Estados membros, mostrando-se, pois, como uma resposta ao totalitarismo, algo que o autor considera como “simplista”. Tal tolerância deverá premiar a aceitação da pluralidade cultural, e nesse sentido afirma que “o federalismo é baseado no amor da complexidade, em contraste com a simplicidade brutal que caracteriza a mente totalitária (...) o amor das complexidades

culturais” (Rougemont, 1947, p. 14). Assim, parece ser no substrato da diversidade cultural que reside o maior sucesso da integração, argumentando que visualiza uma “federação europeia [que] gira lentamente à volta de todos os tipos e formas. Aqui está um acordo económico, há um parentesco cultural que se afirma” (Rougemont, 1947, p. 14).

Apesar de, neste momento, não estarmos num sistema federal pleno – como vaticinaria Rougemont – concordamos que a cultura é um aspeto fundamental para a integração que temos hoje, nomeadamente, contribuindo para um sentimento de paz, gerindo as diferenças de forma positiva, considerando ainda que

cultura e criatividade são parte da vida diária dos cidadãos. São fatores importantes para o desenvolvimento pessoal, a coesão social e o crescimento económico. Mas eles significam muito mais: eles são os elementos essenciais de um projeto europeu baseado em valores comuns e um património comum (...) promover a compreensão intercultural confirma o lugar da cultura no coração de nossas políticas (European Commission, 2007, p. 1).

Nesse sentido, constata-se que a estratégia europeia assenta também num propósito de âmbito cultural que se destaca por contribuir para a coesão social e o crescimento económico. Dessa forma, “a UE está empenhada em desenvolver um papel cultural novo e mais ativo para a Europa nas relações internacionais, bem como para integrar a dimensão cultural como um elemento vital nas relações da Europa com países e regiões parceiras” (European Parliament, 2012, p. 14). Notamos assim uma preocupação em se servir das questões culturais como um instrumento de apoio às relações externas que, como verificamos, são baseadas na cartilha normativa europeia, considerando que “o poder da cultura ocorre através do facto de que os pressupostos são compartilhados e, portanto, reforçados mutuamente” (Schein, 2004, p. 35).

A UE tem a ambição de se relacionar com atores externos a si e, nesse sentido, a dimensão cultural da política externa da UE começa a desenhar-se a partir do mesmo momento em que a Comunidade Económica Europeia (CEE) transita para a nomenclatura atual – UE. É, pois, através de Maastricht que a cultura ganha influência a nível externo, e através do artigo 167º são reconhecidas as suas competências de carácter construtivo não só a nível interno mas fomentando também a cooperação com terceiros. Notemos assim que a UE vê vantagens nesta estratégia externa porque, desta forma, poderá projetar “a sua própria diversidade cultural a nível

internacional, ao mesmo tempo que afirma valores globalmente compartilhados num espírito de aprendizagem mútua. Isso permitirá que a União se promova para o resto do mundo” (European Commission, 2014, p. 105). Ainda assim, apesar da narrativa que privilegia as relações culturais com os países externos, notamos que a nível institucional ela é efetuada de forma pouco estruturada. Considerando o argumento de que “a cultura tradicionalmente tem sido uma pedra angular da soberania nacional que se enquadra nas áreas de competência dos Estados membros, razão pela qual a UE nunca desenvolveu um conjunto de conhecimentos em política cultural (estrangeira)” (Kühner, 2011, p. 8), a dimensão cultural da política externa da UE ainda depende em grande medida da convergência dos países membros no sentido de melhor projetar a sua política cultural externa comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adenauer, K. (1946). Discurso proferido em Colonia a 24 de Março de 1946 para a União Cristã Democrática. Retirado de <http://www.robert-schuman.eu/en/doc/divers/fathers-of-europe.pdf>
- Barroso, J. M. D. (2013). *Culture: the cement that binds Europe together*. Brussels: European Commission. Retirado de http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-280_en.htm
- Churchill, W., Sir (1946). Discurso na Universidade de Zurique em 1946. Retirado de http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/winston_churchill_pt.pdf
- CIEJD (2007?). . Retirado de
- Comissão Europeia (2010). Agenda europeia para a cultura num mundo globalizado. União Europeia. Retirado de http://europa.eu/legislation_summaries/culture/l29019_pt.htm
- Comissão Europeia (2011). Um orçamento para a Europa (2014-2020). Retirado de <http://bit.ly/2eYXWgT>
- Comissão Europeia (2013). Agenda Europeia para a cultura. Comissão Europeia: Bruxelas. Retirado de http://ec.europa.eu/culture/our-policy-development/european-agenda_en.htm
- Davies, R. (2013). Manter as portas abertas em tempos difíceis. In *EUNIC, Cultura e Conflito: Desafios da política externa* (vol. 5 pp.201-205). Estugarda: EUNIC.
- Eliot, T. S. (1996). *Notas para uma definição de cultura*. Lisboa: Seculo XXI.

- Espada, J. C. (1997). O projecto europeu: estará o Estado-nação em vias de desaparecimento? *Análise Social*, 22(141), 443-460. Retirado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841553K6mRl9uk9QyooKA6.pdf>
- Europa (2017a). Direitos humanos. Retirado de https://europa.eu/european-union/topics/human-rights_pt
- Europa (2017b). A história da União Europeia. Retirado de https://europa.eu/european-union/about-eu/history_pt
- European Commission (2007). First-ever EU strategy for culture: contributing to economic growth and intercultural understanding. European Commission. Retirado de http://eu-un.europa.eu/articles/en/article_7016_en.htm
- European Commission (2014). Preparatory action: 'culture in eu external relations. European Commission. Retirado de <http://cultureinexternalrelations.eu/wp-content/uploads/2014/06/Preparatory-Action-eBook-1.4-master.pdf>
- European Cultural Foundation (2014). Beyond the Nation State - Cultures make Europe; Historic speech to Europe: Denis de Rougemont. European Cultural Foundation. Retirado de <http://www.culturalfoundation.eu/events/historic-speech-to-europe>
- European Parliament (2012). The culture strand of the creative europe programme 2014-2020. European Union. Retirado de http://www.encatc.org/media/554-european_parliament_creative_europe_culture_strand.pdf
- Gama, P. N. (2011). *Cultura, economia e política: um estudo comparado sobre a relação da indústria cinematográfica com o poder do estado na Alemanha e nos Estados Unidos no contexto da II Guerra Mundial (1939-1945)*. Dissertação de Mestrado, UFRJ/ IE / NEI, Rio de Janeiro, Brasil.
- Gaspar, S. & Haro, F. A. (2011). Reflexões e paradoxos sobre a identidade e a mobilidade europeias. *Revista Migrações*, 9-2.
- Gasperi, A. (1952). Discurso que enunciou ao receber o prémio Carlos Magno pelo seu empenho na defesa da causa europeia. Retirado de http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/alcide_de_gasperi_pt.pdf
- Gomes, J. M. (1989). Apresentação. In *Eneida*. Lisboa: Círculo de Leitores
- Hippler, J. (2013). Além da neblina cultural. In *EUNIC, Cultura e Conflito: Desafios da política externa* (vol. 5, pp. 10-22). Estugarda: EUNIC.
- Huntington, S. P. (1999). *O choque das civilizações: e a mudança na ordem mundial*. Lisboa: Gradiva.

- Kühner, M. (2011). *The Role of Culture in EU Cooperation with ACP Countries— concepts, actors, and challenges in a promising field of action*. Retirado de http://www.ifa.de/fileadmin/pdf/edition/europa_kuehner.pdf
- Matias, J. M. S. (2009). *Identidade cultural europeia: idealismo, projecto ou realidade?* Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Retirado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/13357>
- Mokre, M. (2006). *European Cultural Policies and European Democracy*. Eipcp. Retirado de <http://eipcp.net/policies/dpie/mokre/en>
- Parlamento Europeu (2014). Parecer da comissão da cultura e da educação dirigido à Comissão do Assuntos Externos sobre a Política Externa da UE num mundo em que existem diferenças culturais e religiosas. Retirado de <http://bit.ly/2wAYrAo>
- Pureza, J. M. (2000). Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz. *Nação e Defesa*, 95/96, 33-42 Retirado de http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1343/1/NeDo95096_JoseManuelPureza.pdf
- Rocha, A. E. (2003). Filosofia da Europa: questões sobre a Europa. *Diacrítica: Revista do centro de estudos humanísticos*, 2(17), 7-72. Retirado de http://ceh.ilch.uminho.pt/publicacoes/Diacritica_17-2.pdf
- Rougemont, D. (1947). L'attitude fédéraliste. In *Rapport du premier congrès annuel de l'Union européenne des Fédéralistes à Montreux* (pp. 8-16). Génève. Retirado de <http://bit.ly/2xKNzhv>
- Schein, E. H. (2004). *Organizational culture and leadership*. São Francisco: Jossey-Bass.
- Schnake Gálvez, A. (2010). Orden multipolar en el siglo xxi: efectos globales y regionales. *Revista Encrucijada Americana*, 4, 1. Retirado de <http://bit.ly/2eYKweo>
- Schuman R. (1950). Discurso proferido no salon de l'Horloge do Quai d'Orsay, a 9 de maio de 1950. Retirado de http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/robert_schuman_pt.pdf
- Teixeira, N. S. (1998). A União Europeia como Actor Internacional: a Política Externa da União Europeia. *Nação & Defesa*, 85, 119-135. Retirado de http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1528/1/NeD85_NunoSeverianoTeixeira.pt
- Teles, A. F. (2009). *A Dimensão Cultural da Política Externa Portuguesa: da década de noventa à actualidade*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Portugal. Retirado de <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/dissertacoes-e-teses.html>

- Trichet, J. C. (2011). *Building Europe, building institutions*. Aachen: ECB
- Ugarriza, J. E. (2009). La democracia en el siglo XXI: presente y futuro del modelo deliberativo. *Pap. Polít. Bogotá*, 14(2), 431-465. Retirado de <http://www.scielo.org.co/pdf/papel/v14n2/v14n2a05.pdf>
- Unesco (2007). Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf>
- Unesco (2012). Culture: a driver and an enabler of sustainable development. Retirado de <https://en.unesco.org/post2015/sites/post2015/files/Think%20Piece%20Culture.pdf>
- United Nations (1997). Culture of Peace. Retirado de <http://www.un.org/ga/documents/gares52/res5213.htm>
- Vassiliou, A. (2014). Having the world understand your culture is much greater security than another submarine. The Role of Culture in EU External Relations. Comunicação apresentada na Final Conference (Palais des Beaux-Arts), Brussels. Retirado de europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-14-305_en.doc
- Vicente, P. C. (2013). Integração europeia, federalismo e o lugar de Portugal: (1960-2002). *Janus* 4(1), 30-48 Retirado de http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol4_n1/pt/pt_vol4_n1_art3.pdf
- Weringh, K. D. & Schürmann, E. (2004). Does Europe need a foreign cultural policy? Retirado de <http://bit.ly/2eG9YrV>
- Xavier, A. I. M. (2010). A União Europeia e a Segurança Humana: um actor de gestão de crises em busca de uma cultura estratégica? Análise e considerações prospectivas. Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Xavier, A. P. (2013). O ator normativo na era do nobel: quo vadis UE? *Janus.net*, 4(1), 49-63. Retirado de http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol4_n1/pt/pt_vol4_n1_art4.pdf
- Yizhou, W. (s.d.). Political Stability and International Relations in The Process of Economic Globalization: Another Perspective on Asia's Financial Crisis. Retirado de <http://bit.ly/2vHv4gF>

Citação:

Silva, J. (2017). A dimensão cultural da política externa da União Europeia no período pós Maastricht. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional "Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona"* (pp. 231-250). Braga: CECS.